

O Brasil Rural – do passado agrário ao sistema agroalimentar global (1968-2018)¹

Maria Thereza Macedo Pedroso²
Zander Soares de Navarro³

Resumo

O artigo analisa a passagem do “Brasil agrário” do passado para um Brasil rural atual, profundamente reconfigurado em todos os aspectos da vida econômica e social no último meio século. Adicionalmente, introduz diversos fatos demarcadores, exatamente para descrever não apenas esta transição para um “mundo novo”, mas, sobretudo, para demonstrar que o Brasil agrário que marcou tão fortemente a cultura e as mentalidades da história do país está rapidamente deixando de existir. E, finalmente, sugere brevemente algumas tendências que estão emergindo, as quais, provavelmente, irão aprofundar ainda mais esse “novo rural”, como *um espaço essencialmente econômico e produtivo – mas esvaziado de interação humana*, pois esta reconfiguração tem significado, também, o nascimento de uma sociedade rural que, cada vez mais, é subordinada à vida urbana, particularmente no tocante aos processos econômicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento agrário. Agricultura brasileira. Capitalismo no campo. Desenvolvimento rural.

Abstract

The article analyzes the passage of the “agrarian Brazil” of the past into the current rural Brazil, deeply reconfigured in all aspects of economic and social life over the half century. In addition, several framing aspects are discussed precisely in order to illuminate this transition towards a “new world”, but above all to demonstrate that an agrarian Brazil that marked so deeply the country’s culture and existing mentalities is rapidly disappearing. Finally, the article briefly suggests some tendencies that are emerging which most probably will further reaffirm this “new rural” as an essentially economic and productive space – but emptied of human interaction. This is so because this trend has also meant the birth of a rural society that is increasingly subordinated to the urban life, in particular its economic processes.

Key words: Agrarian development. Brazilian agriculture. Capitalism in the countryside. Rural development.

1 Introdução

Estendendo-se por cinco décadas, o Brasil vem experimentando uma transformação radical de suas regiões rurais, movendo-se de um ponto de partida vigente na década de 1960, no qual prevalecia um setor cafeeiro dominante, mas estagnado, para um vibrante contexto atual, no qual o país desponta como um dos mais importantes produtores de alimentos do mundo. Este artigo discute alguns dos principais processos que explicam a mudança, assim como esboça alguns contextos que surgiram ao longo dos anos, em esforço destinado a iluminar um quadro geral que demonstre esta *ruptura sísmica com o passado*. Afirmado genericamente, a estrutura de produção agropecuária foi virada de cabeça para baixo, mas foi mantida proporção significativa das antigas assimetrias sociais. Esta evolução constitui-se em uma radical mudança, cujo ponto de partida foi acionado durante o regime militar (1964-1985)⁴. Foi quando se

¹ Uma versão ampliada em inglês constitui o Capítulo 2 do livro organizado por A.M. Buainain, R. Lanna e Z. Navarro, intitulado *Brazil: Agricultural Development in the New Century. The Rise of a Global Agro-Food Power*, Nova York: Routledge, junho de 2019. As opiniões contidas neste artigo são de exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, as opiniões da instituição à qual estão vinculados.

² Doutora em Estudos Comparados Sobre As Américas pela Universidade de Brasília, UnB. Pesquisadora da Embrapa - Unidade de Gama (DF). maria.pedroso@embrapa.br

³ Doutorado em Doutorado (School of Arts and Social Sciences), University of Sussex, SUSSEX, Inglaterra. Pesquisador da Embrapa - Sede - Brasília. zander.navarro@embrapa.br

⁴ O período da modernização agrícola, contudo, com precisão, ocorreu, de fato, entre 1968 e 1981. Em 1965 foi instituído o “Sistema Nacional de Crédito Rural”, cujos resultados mais significativos, em termos de aumento da produção, surgiram com a safra de 1967/68. A expansão durou toda a década de 1970, mas no final daquele

implantaram diversas iniciativas animadas pela ação governamental, destinadas a modernizar a estrutura altamente desigual e agroexportadora que havia prevalecido durante quase cinco séculos.

Após esse primeiro movimento de transformação, uma história de ambições produtivas (e econômicas) gradualmente enraizou-se entre um crescente número de produtores, consolidando ao final, meio século depois, um sistema agroalimentar robusto, flexível e sofisticado, o qual foi inserindo-se no âmago do coração da economia nacional, com crescentes laços internacionais. Em termos propriamente históricos, esta transformação desencadeou um processo de “desagrarianização” que foi eliminando não apenas as facetas econômicas mais atrasadas, tão típicas do passado agrário, mas também os aspectos sociais e culturais que vêm sendo reconfigurados tão profundamente durante o período analisado.

O centro da interpretação do artigo propõe uma análise histórica, mas *essencialmente empírica*, sob a qual as características das regiões rurais são examinadas e um foco comparativo é operado, no sentido de oferecer as evidências das principais mudanças. Se esse meio século é cuidadosamente considerado, entre seu ponto de partida e os dias atuais, o resultado causará alguma perplexidade – basicamente porque esse cotejo entre os dois extremos temporais sugere situações tão radicalmente transformadas que até parecem estar se referindo a dois países diferentes entre si.

Em 1970, em seus contornos gerais, o Brasil rural era espantosamente modesto do ponto de vista da produção total, sua base tecnológica era extremamente primitiva e as relações comerciais eram relativamente reduzidas, seja em relação ao mercado interno ainda incipiente, seja no tocante aos mercados internacionais. No comércio externo, o Brasil mantinha especialmente uma estrutura de comercialização organizada em torno do café – um cultivo que se expandiu na segunda metade do século 19 – e, secundariamente, em torno do açúcar, um cultivo estabelecido no período colonial mais antigo. O terceiro produto exportado, cacau, jamais atingiu mais de 4% do valor total das exportações agrícolas. A forte dominação econômica da cafeicultura durante quase um século (1870-1970) tem sido amplamente reconhecida pelos historiadores e estudiosos, conforme ilustra a referência abaixo:

Resumindo a situação do Segundo Império [1840-1889] durante o qual já declinara um dos principais produtos dos tempos coloniais, o açúcar – talvez possamos dizer que o ocaso da monarquia é marcado pela primeira crise do café – cuja lavoura a abolição fortemente agravara. No período republicano, do café vêm os saldos comerciais de nossa balança comercial. Ele constrói São Paulo, sustenta o Brasil (...). Será, assim, o café, até a Revolução de 1930 – e ainda depois – o esteio da economia brasileira (...) O *General Café*, como já lhe chamaram (CRUZ COSTA, 1967, p. 328, grifo do autor).

Sendo um país gigantesco, com uma estrutura fundiária concentrada desde a colonização inicial, os aumentos de produção verificados ocorreram sempre devido à expansão da área plantada e, até recentemente, a elevação da produtividade não foi uma orientação econômica que tivesse motivado os produtores rurais. Entre 1948 e 1969, por exemplo, 92% do aumento da

decênio os sinais da crise macroeconômica foram se tornando agudos. Em 1981, o Brasil viveu intensa crise econômica, decorrente da dívida externa e da aceleração inflacionária, interrompendo o ciclo de modernização de sua economia, incluindo a agropecuária. Iniciava-se assim a “década perdida” dos anos oitenta.

produção dos principais produtos agrícolas foi devido exclusivamente à ampliação da área utilizada (PATRICK, 1975). É por esta razão que a *rationale* analítica central desse livro utiliza como “ponto de partida” histórico a década de 1970 e o intenso processo de transformação produtiva que foi então empreendido – antes prevalecia um Brasil rural atrasado e predominantemente agrário, como o que foi brevemente descrito acima. E naquele decênio o país observou o primeiro grande esforço modernizante da agricultura em sua história (KAGEYAMA; SILVA, 1983).

No plano social e político, o quadro era ainda mais atrasado naqueles anos iniciais, pois nas regiões rurais quase não existiam direitos, *de nenhuma natureza*, e nas quais o Estado e suas políticas e estruturas administrativas praticamente inexistiam.⁴ A estrutura da Justiça, no vasto interior brasileiro, era virtualmente nenhuma e os conflitos nas regiões rurais eram invariavelmente resolvidos pela força bruta. Quase sempre, predominaram os recursos políticos coercitivos mobilizados pelos grandes proprietários de terra e as formas de protesto social pelos trabalhadores rurais e pequenos produtores sempre foram fortemente reprimidas (MEDEIROS, 1989). Conforme um dos maiores estudiosos do campo brasileiro, José de Souza Martins:

Nunca na história do Brasil o latifúndio foi tão poderoso no uso da violência privada e nunca as forças armadas foram tão frágeis em relação a ele quanto durante o regime militar (...) a aliança estruturalmente básica entre capital e terra, promovida pelos militares, debilitou a eficácia dos movimentos sociais que poderiam reivindicar reconhecimento e ampliação dos direitos sociais em favor das populações pobres (MARTINS, 1994, p. 83, 92).

A vasta maioria da população rural era extremamente pobre e, sem garantir o acesso a uma parcela de terra, o recurso às migrações como fuga (para as cidades ou para outras regiões rurais mais remotas, onde ainda existiriam “terras livres”) parecia ser a única alternativa disponível. Não surpreende, portanto, que entre os anos de 1950 e 1980, de acordo com as evidências censitárias e relativamente ao total da população brasileira, os processos migratórios tenham sido os mais intensos da história brasileira. Esse movimento populacional foi particularmente vigoroso na década de 1970, quando o equivalente a 30,02% do total da população deixou as regiões rurais naquele decênio, em todo o país, procurando novas formas de ocupação nas áreas urbanas (MARTINE; GARCIA, 1987, especialmente p. 59-80).

Em síntese, nesta comparação de meio século, a base original de partida é melancólica: o quinto maior país do mundo, com amplos recursos de água, energia e recursos naturais, naqueles anos, mostrava-se até incapaz de alimentar adequadamente sua população. E as regiões rurais mostravam indicadores deploráveis de atraso econômico e social, inclusive no tocante aos direitos humanos mais elementares. Era uma base estrutural que refletia uma história de concentração extrema da propriedade da terra e da riqueza em geral, somada a outros processos históricos que deixaram um grave legado negativo, como a escravidão (quatrocentos anos) que vigorou até o final do século 19.⁵ Em síntese, um passado agrário ancorado em dois eixos principais: abundância de terras nas mãos de poucos e uma ampla oferta de trabalho, mas sem direitos em quase nenhuma esfera da vida social.

⁵ Além de ter sido o último país da América Latina a abolir a escravidão (1888), o Brasil, isoladamente, foi o responsável pela metade dos escravos que foram forçados a cruzar o Atlântico na direção das Américas.

Meio século depois, esta é realidade que não foi totalmente transformada, pois inúmeros aspectos problemáticos, sobretudo sociais, ainda persistem, associados a esse quadro do passado. Mas, se considerado como um todo, o mundo rural brasileiro de hoje não pode ser comparado com aqueles tempos antigos, pois as diferenças são profundas e estruturais. O Brasil emerge atualmente como um dos maiores produtores mundiais de alimentos, sendo provavelmente o único dos grandes países com um forte setor agropecuário capaz de ampliar muito mais a sua presença nos mercados globais. Alguns breves fatos empíricos são ilustrativos desta transição: em 1970, a agricultura brasileira praticamente não utilizava produtos químicos, mas, atualmente, o Brasil consome entre um sexto e um sétimo do total mundial desses produtos. No mesmo ano inicial, existiam em torno de 50 mil tratores, todos importados, concentrados na cafeicultura de São Paulo, enquanto em nossos dias em torno de 60-70 mil novos tratores são vendidos *a cada ano* (e todos produzidos no Brasil). A produção de soja não constava do Censo Agropecuário em 1970, pois começava a ser plantada, enquanto atualmente o país está na iminência de se tornar o maior produtor mundial desta *commodity*. E o mais decisivo de todos os indicadores: se comparados os dois extremos temporais, atualmente o setor agropecuário brasileiro produz 80 vezes mais riqueza (em termos de *valor real* bruto da produção), o que tem irrigado monetariamente o sistema agroalimentar – e a economia como um todo.

Embora não sendo o foco desse artigo, é pelo menos revelador ressaltar que esta radical mudança estrutural do mundo rural vem também se refletindo em outras dimensões da vida social, política ou cultural do Brasil. Na literatura, por exemplo. Sem citar clássicos do passado mais remoto, como “Vidas secas” (1938), de Graciliano Ramos, que reflete o contexto das secas no Nordeste rural, talvez outra ilustração, entre muitas, possa ser “Vila dos confins” (1956). Esse livro de Mário Palmério também introduz a vida rural, concentrando-se na descrição das fraudes eleitorais nos pequenos municípios, uma obra-prima da literatura regional. Foi tema também discutido em outro livro clássico, nesse caso das Ciências Sociais, “Coronelismo, enxada e voto” (1948), de Victor Nunes Leal, no qual o autor demonstra que o sistema econômico existente, assim como as fraudes eleitorais, ambos ancorados na concentração da terra, começavam lentamente a ser corroídos pela urbanização e pela competição eleitoral, ainda que em áreas rurais o controle do voto duraria, pelo menos, até a democratização, em 1985.

Entre diversos outros exemplos daquele período, no mesmo ano de 1956 surgiu, talvez, a mais fundamental obra literária de todos os tempos, “Grande sertão veredas”, um extenso e multitemático livro que, no entanto, tem como pano de fundo a vasta região rural do interior central do Brasil - o sertão. Seu autor, Guimarães Rosa, oferece aos leitores encantadoras descrições daquela região e seus comportamentos sociais. Se associa a outro livro clássico da época, da Ciência Política, “Os donos do poder” (1958), de Raymundo Faoro, desta vez uma análise weberiana da formação do patrimonialismo no Brasil, também a origem de sua tese foi a concessão desmedida de terras a funcionários estatais da Corte Portuguesa, formando um poderoso estamento rural que iria prolongar-se na história do país.

São rápidas ilustrações, econômicas e culturais, do Brasil agrário do passado, as quais poderiam ser repetidas com diversos outros exemplos, inclusive em outros âmbitos sociais, e são citadas aqui apenas para sugerir que esta foi literatura contextualizada em ambientes rurais – a

qual *está deixando de existir*. Atualmente, são raros os escritores brasileiros que trabalham com esses contextos rurais, um indicativo empírico das mudanças sociais e econômicas analisadas nesse capítulo.

O artigo analisa esta passagem do “Brasil agrário” do passado de meio século atrás, para um Brasil rural atual, profundamente reconfigurado, em todos os aspectos da vida social. Não sendo esse um capítulo teórico, a segunda seção, após esta Introdução, apenas sugere brevemente (ver box a seguir) alguns elementos teóricos e analíticos que poderiam explicar esta transição. Adicionalmente, introduz diversos fatos demarcadores, exatamente para descrever não apenas esta passagem para um “mundo novo”, mas, sobretudo, para demonstrar que o Brasil rural que marcou tão fortemente a cultura e as mentalidades da história do país está rapidamente deixando de existir. E, finalmente, a terceira seção do capítulo sugere brevemente algumas tendências que estão emergindo, as quais, provavelmente, irão afirmar ainda mais esse “novo rural”, como *um espaço essencialmente econômico e produtivo – mas esvaziado de interação humana*, pois esta reconfiguração do rural tem significado, também, o nascimento de uma sociedade que, cada vez mais, é orientada à vida urbana, também sendo por ela dominada, particularmente no tocante aos processos econômicos.

2 Os fatos novos do mundo rural brasileiro

São inúmeras as mudanças *com significação* (social, econômica, tecnológica) que emergiram claramente nas regiões rurais nas últimas décadas, e que mereceriam uma extensa discussão analítica. Não são fatos ocasionais, mas situações e tendências que contribuem para demonstrar a formação de uma fase *inédita* na história rural brasileira, geradora de profundas implicações para o futuro imediato do setor. Também não são fatores necessariamente nacionais, pois algumas vezes são inovações produtivas regionais, as quais, no entanto, refletem um contexto amplo que se modificou, no tocante à rede de relações dos produtores e suas possibilidades mercantis, especialmente a partir da década de 1990.⁶ Em outras situações, como se comentou na seção anterior, são movimentos territoriais que espelham a mobilidade do capital em busca de sua maximização, orientação econômica que era ainda relativamente débil no passado agrário do Brasil. Nesta seção são apresentados e discutidos sinteticamente “*sete fatos novos*” principais que vêm marcando esse processo de transformação, não apenas da produção, mas igualmente da vida social rural. São fatos que apresentam forte magnitude em algumas regiões e menos em outras, como seria esperado em um espaço econômico que é muito extenso (geograficamente), espelhando o aprofundamento de sua heterogeneidade estrutural. O que é comum aos fatores discutidos a seguir, contudo, é que *todos estão em desenvolvimento nas regiões rurais*, suas diferenças sendo apenas de intensidade e escopo. Essas mudanças, se analisadas conjuntamente, claramente apontam para uma etapa emergente do

6 Como é o caso, por exemplo, da cana-de-açúcar, um cultivo que atualmente ocupa um quarto da área plantada em São Paulo, o estado maior produtor, mas cuja dinâmica econômica afeta nacionalmente não apenas o setor agropecuário como um todo, mas até outros setores – por ser um biocombustível. Em 1975, a produção total do país foi de 91 milhões de toneladas métricas, a qual se multiplicou notavelmente para 672 milhões de toneladas métricas in 2015.

desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro ou, em termos mais conceituais, uma nova etapa de acumulação, pois “[...] a terra, que no passado era a principal fonte de riqueza no campo, vai aos poucos cedendo lugar aos ‘capitais’, até mesmo o fundiário” (BUAIÁIN, 2014, p. 213; NAVARRO, 2016). É esse pressuposto que permite afirmar com convicção sobre “o fim do agrário” no Brasil rural, tal como se apresentou na maior parte da história do país, pois as consequências concretas desses citados fatores iluminam um espaço territorial muito diferente do passado.

Qual é a interpretação sobre esta longa transição?

O processo de “desagrarianização” é indissolúvelmente associado à transformação histórica dos espaços sociais e econômicos rurais. Como tal, pode ser estudado subordinado a ambiciosas e gerais teorias de desenvolvimento agrário ou sob as luzes de conceitos teóricos, como “capitalismo agrário”. Não sendo o caso de assim proceder, nesse artigo, utiliza-se aqui a excelente revisão realizada dessas ideias por um dos maiores especialistas em estudos rurais do México, Hubert C. de Grammont, que investigou a bibliografia a respeito (DE GRAMMONT, 2007). Esse autor destacou, por exemplo, a melhor definição encontrada, oferecida por Deborah Bryceson:

“O processo de desagrarianização é definido como a reorientação da atividade econômica, assim como os ajustamentos ocupacionais e o realinhamento espacial dos assentamentos humanos [os quais passariam a ser] diferentes dos padrões agrários anteriores. As mais evidentes manifestações desse processo são: um decrescente grau de autossuficiência na produção alimentar e as necessidades dos domicílios rurais, um declínio do trabalho agrícola em relação ao trabalho não agrícola no total de gastos nacionais com trabalho, um decréscimo da produção agrícola per capita na economia nacional em relação à produção não agrícola e também uma diminuição da proporção populacional residente nas áreas rurais” (BRYCESON; JAMAL, 1997, p. 5).

Para os propósitos desse artigo, talvez seja suficiente o indicador mais comum utilizado por economistas. São autores que destacam períodos de expansão, durante os quais um crescente número de cadeias produtivas associadas ao crescimento da economia agropecuária significará, entre outras empíricas consequências, a simultânea expansão do emprego não agrícola (nas próprias áreas rurais ou nos contextos urbanos, mas associados a essas cadeias produtivas). Em síntese, há a tendência à redução do trabalho agrícola em relação ao emprego verificado no sistema agroalimentar como um todo.

Esses são fatos concretos que estão ocorrendo no caso brasileiro no período analisado. Em 2015, *pela primeira vez na história rural brasileira*, o total dos postos de trabalho nas cadeias de valor do setor foi maior (11%) do que o total de trabalhadores empregados diretamente na agricultura (10%), de acordo com dados oficiais. Sem deixar de citar que se considerado o “PIB do agronegócio”, também pela primeira vez o valor bruto derivado da produção propriamente dita foi também superada pelas restantes partes que compõem esse cálculo. Enquanto a produção direta respondeu por 30,5% do total do produto, os serviços existentes no sistema agroalimentar e suas cadeias produtivas respondeu por 30,7%, insumos por 11,8% e o setor de processamento por 27,0% (todas as estatísticas foram organizadas por Geraldo Barros e seus colegas. Consulte-se Barros *et al.*, (2016).

O termo “agrário”, na literatura especializada sobre processos de transformação da vida social rural, incluindo a esfera produtiva, diz respeito, em especial, ao papel dominante e decisivo de dois fatores de produção – *terra e trabalho*. Adicionalmente, em períodos históricos relativos

à gênese do capitalismo agrário, também aos conflitos corriqueiros entre proprietários de terras e trabalhadores rurais e pequenos produtores empobrecidos, especialmente motivados pelo bloqueio estrutural à sua reprodução social, em face dos padrões concentrados de apropriação fundiária. Internacionalmente, a principal referência, nesse caso, é o clássico livro de Jeffery Paige, *Agrarian Revolution* (1975), especialmente a sua sofisticada “teoria dos conflitos de classe rurais” (PAIGE, 1975, p. 1-71), sob a qual se discutem as variações entre formas de uso e posse da terra e suas correspondentes formas de mobilização do recurso trabalho. É por esta razão que usualmente a expressão derivada, “desenvolvimento agrário”, se refere às *interpretações* sobre as mudanças na vida rural de algum país ou região na qual um desses dois fatores – trabalho – existiu em magnitudes expressivas, congregando massas rurais pobres, e o outro – terra – usualmente estava nas mãos de uma minoria de proprietários. Sem surpresa, na história rural de muitos países, esses foram também períodos históricos durante os quais o tema da “questão agrária” e seus inevitáveis conflitos (e, em seu âmbito mais restrito, a “reforma agrária”) esteve fortemente presente na literatura sobre os processos sociais rurais.⁷

Na América Latina, uma ilustração relevante do período inicial foi o livro “Land and Labour in Latin America. Essays on the Development of Agrarian Capitalism in the Nineteenth and Twentieth Centuries” (1978), uma espetacular coleção de 18 ensaios que analisou situações rurais em diversos países da região em um momento histórico durante o qual prevaleceu a diversidade de processos de transição a partir de sociedades agrárias pré-existentes. Não obstante a imensa variação no tocante a outros fatores (clima, ecologia, estrutura demográfica, história rural, padrões étnicos e estrutura de posse e uso da terra), o processo central então analisado era a passagem (na linguagem da época) de um modo de produção para outro – ou seja, a expansão do capitalismo agrário. E as dimensões determinantes dos processos de mudança centravam-se na terra e suas formas de propriedade, de um lado e, em oposição, o trabalho rural e suas relações com os proprietários contratantes, o que geraria um intenso debate sobre “a questão agrária na América Latina” (DUNCAN; RUTLEDGE; HARDING, 1978). No caso específico do Brasil, esta foi literatura dominada por autores marxistas, bastando citar o forte debate capitaneado por Caio Prado Júnior na década de 1960. O epicentro desta discussão era determinar a natureza das relações sociais prevalentes nas regiões rurais brasileiras, se estas seriam capitalistas ou feudais (seus artigos principais estão reunidos em Prado JR., (1979). Sobre o papel da terra, o livro referencial no período foi “Quatro séculos de latifúndio”, de Alberto Passos Guimarães, publicado inicialmente em 1968. Esse foi debate, contudo, que foi perdendo sua visibilidade com o forte processo de expansão econômica típico da década de 1970, que ficou conhecido como “o milagre brasileiro”.

Na gênese do período analisado, existindo trabalhadores rurais em alta proporção, como era o caso brasileiro nas décadas de 1950 a 1970 (ou seja, uma oferta de trabalho sobrando e barata), o preço do fator trabalho seria sempre rebaixado e, assim, as mudanças operadas no processo de produção favoreciam o uso intensivo da mão de obra, ancoradas em salários

7 Não obstante o programa de redistribuição de terras, no Brasil, ter ofertado quase 90 milhões de hectares a (aproximadamente) um milhão de famílias rurais pobres, o índice de Gini para a concentração de terras praticamente não se alterou em cinquenta anos. Conforme os censos, em 1975 o índice era de 0.855 e em 2006 alterou-se marginalmente para 0.856, um dos mais altos do mundo (HOFFMANN; NEY, 2010, p. 53).

aviltantes e a inexistência de direitos trabalhistas. E a abundância de terras (apropriadas privadamente), na maior parte das situações, foi um estímulo poderoso à expansão da agropecuária através do crescimento da área plantada e da pecuária extensiva – como foi o caso brasileiro até um período recente. Ambas as situações desfavoreceram a modernização propriamente capitalista no campo, mantendo baixos indicadores de produtividade geral. No entanto, uma vez imposta uma lógica capitalista, aquelas tendências anteriores foram gradualmente perdendo sua primazia e o fator “tecnologia” (ou intensificação produtiva) passou lentamente a se tornar o determinante principal e, também de forma gradual, o condutor da expansão econômica da agropecuária passaria a ser outro – a produtividade. Em síntese, o que se discute nesse texto é exatamente a transição entre um “Brasil rural agrário” do passado para um “Brasil rural [essencialmente] agrícola” orientado, crescentemente, por forças estritamente econômico-financeiras. Nesta passagem histórica, entre outras implicações, o mercado de trabalho rural vem encolhendo, enquanto ampliam-se os processos de mecanização da atividade. E o fator terra passou a ser administrado de forma radicalmente diferente – do crescimento extensivo à busca incessante pela “produtividade vertical”, elevando os resultados por unidade de terra, capital e trabalho.

Como faceta crucial a ser enfatizada, sendo o resultado imediato da transição referida, o adensamento tecnológico que vem caracterizando as mudanças recentes no setor agropecuário significa, como resultado social mais dramático, o aprofundamento ainda mais grave das assimetrias sociais no campo brasileiro. Nos anos setenta a desigualdade social naquelas regiões já era espantosa, mantendo de um lado uma das maiores concentrações da propriedade da terra do mundo e, do outro lado, uma imensa massa de famílias rurais empobrecidas – pequenos produtores e trabalhadores rurais sem terra. A expansão econômica recente e, em especial, a disseminação tecnológica entre a camada de produtores rurais de orientação mais empresarial e crescentemente integrada aos mercados globais, vem ampliando ainda mais a distância econômica entre esta minoria e o restante da população que vive nas áreas rurais. Não obstante a virtual inexistência de pesquisas específicas a respeito (expansão tecnológica e distribuição de riqueza), é intuitivo, em função de evidências assistemáticas recolhidas em diferentes regiões rurais, que os anos desse século vêm observando as conclusões gerais sobre o papel da tecnologia em economias que experimentaram fases de expansão, como foi o caso da agropecuária brasileira entre o final da década de 1990 e boa parte do corrente século. A literatura sobre o tema é relativamente conclusiva e sugere que “[...] ambos, a tecnologia e a globalização, esta última viabilizada pela primeira, têm tido um forte impacto na distribuição das proporções da renda nacional (...) e também sobre a crescente desigualdade nas rendas do trabalho e do capital” (TYSON; SPENCE, 2017, p. 171).

Em consequência, apresentados a seguir sinteticamente, o primeiro e mais decisivo fator a ser salientado é a emergência, plena e incontestável, do imperativo econômico e financeiro como *o condutor principal do desenvolvimento agrário*, subordinando todos os demais eixos de transformação que, em décadas passadas, tinham tido importância também proeminente. São inúmeras as evidências empíricas a respeito. O financiamento da atividade, por exemplo, que inicialmente era totalmente dependente dos recursos do Tesouro Nacional, depois passou a contar com recursos de empresas privadas e dos próprios agricultores e, mais recentemente,

também de investidores internacionais. O crescimento das cadeias produtivas e a presença de grandes empresas, inclusive multinacionais, significou também a valorização dessas firmas na bolsa de valores, conforme salientado por Balestro e Lourenço (2014).⁸ A agropecuária brasileira, de fato, se transformou em uma *máquina de produção de riqueza* e, por esta razão, vem atraindo mais capitais, tanto os nacionais como os investidores externos. Em síntese, a dominação do capital financeiro se espelha diretamente nos fluxos monetários, mas também indiretamente, seja pela substituição do aumento da produção em função do aumento da área plantada (como no passado) pela condução da produtividade total de fatores ou, então, pelos comportamentos propriamente empresariais que vêm dominando a expansão da atividade no campo brasileiro. Vem se afirmando, em síntese, um *ethos* intensivo e propriamente capitalista nas regiões rurais.

Como discutido em outros capítulos do livro, a notável expansão da produtividade total de fatores é um segundo aspecto a ser enfatizado, pois a presença dominante da tecnologia e das inovações (ou “a ciência”, em geral) representa, concretamente, não apenas a constituição de uma nova geração de produtores rurais e seus comportamentos distintos do passado. Representa também a concretude da dominação dos determinantes econômicos e financeiros, pois a expansão da tecnologia nos sistemas agrícolas de produção, de fato, significa custos mais elevados, número maior de firmas presentes, ampliação das cadeias produtivas, mais investimentos e maior lucratividade do negócio como um todo. Um setor econômico conduzido pela busca incessante da PTF significa, na prática, os esforços de empresários rurais e a plena dominância de uma lógica estritamente capitalista e, sob um ângulo histórico, a culminação de uma transição sugerida nos anos setenta pelos autores do livro citado anteriormente organizado por Kenneth Duncan e seus colaboradores.

Outro aspecto a ser salientado, o qual também comprova o anteriormente afirmado, diz respeito à perda de importância, na contabilidade econômica desse novo padrão de acumulação, dos fatores “terra” e “trabalho” *vis-à-vis* o fator “tecnologia”. Esta inversão estatística foi demonstrada por Alves e Souza, quando calcularam os fatores responsáveis pelo crescimento da produção agropecuária, em acordo com os dois últimos censos, em 1995/96 e o Censo 2006. Enquanto a participação dos fatores trabalho (0.26 e 0.21) e terra (0.15 e 0.09) caíram nos dois censos, o fator tecnologia cresceu ainda mais no intervalo entre os censos, de 0.42 para 0.64 (ALVES; SOUZA, 2015, p. 19). São indicadores nacionais que demonstram cabalmente, entre outros impactos, a irrelevância, por exemplo, de um programa nacional de redistribuição de terras, pois oferecer parcelas de terras a famílias rurais pobres, de fato, não significa uma oportunidade promissora, mas apenas uma rápida etapa com acesso à terra, mantendo, porém, a pobreza rural. Os dados acima citados representam, em conclusão, a evidência estatística do “fim do agrário”, como reiterado anteriormente.

O quarto aspecto entendido como um “fator novo” no período recente é típico de processos expansivos de crescimento econômico, os quais “liberam os fatores de produção” (capital, trabalho), dotando-os de maior mobilidade, seja no tocante aos investimentos

⁸ Conforme os autores, “nota-se um aumento da participação do capital estrangeiro nas bolsas de valores brasileiras (...) passando de 24,1% em 2003 para 42.1% em 2013 (...) o crescimento mais acentuado a partir de 2011 coincide com um deslocamento dos investidores institucionais para ativos financeiros vinculados a recursos naturais, especialmente no caso de commodities” (Ibid, p. 257).

realizados ou, então, no que diz respeito à sua mobilidade territorial. Nesse caso, não podendo ilustrar com inúmeras situações específicas, registre-se apenas a verificação empírica atualmente notória nas diversas regiões rurais. Primeiramente, prevalece atualmente uma ampla mobilidade de trabalhadores rurais assalariados, capazes de longas viagens em busca de trabalho com melhores condições de remuneração, ao contrário do passado, quando a inexistência de meios de transporte impedia esta mobilidade do trabalho. E a mobilidade do capital é ainda mais ágil e conhecida sob o rótulo das mudanças espaciais materializadas nos últimos cinquenta anos. Gradualmente se percebe a emergência de um novo “arco produtivo” no centro do Brasil, formado por uma imensa área geográfica que se estende a partir do oeste do rio São Francisco, na Bahia e cobre os estados de Goiás, a maior parte de Tocantins, praticamente todo o Mato Grosso e a maior parte do Mato Grosso do Sul, se estendendo também a oeste até Rondônia. Esta grande região emerge atualmente como a mais importante, do ponto de vista da produção agropecuária e deve consolidar-se como o maior polo produtor do Brasil. E sua emergência representa, em última análise, os efeitos da mobilidade do capital, pois é região que gradualmente consolida formas de propriedade de larga escala e de orientação nitidamente empresarial (EMBRAPA, 2018, p. 44).

O quinto “fato novo”, de imensa importância por suas diversas implicações, diz respeito à estrutura de produção do sistema agroalimentar brasileiro, o qual se torna diversificado, flexível e sensível aos sinais de mercado, além de mostrar sinais crescentes de sofisticação adaptativa. Sua evidência principal é a integração aos mercados mundiais, na esteira da globalização, um fato de imensas consequências para o setor agropecuário do país, conforme realçado por estudiosos do tema:

[Há] um fato que parece ser crescentemente crucial para a análise das históricas relações entre globalização e agricultura no Brasil. Enquanto durante todos os ciclos prévios – exceto o do café – tiveram efeitos somente moderados na economia interna e na reestruturação produtiva, tem sido substantivamente diferente o recente período. Nos últimos 20 a 30 anos, a agricultura brasileira se desenvolveu vigorosamente em termos econômicos, financeiros e tecnológicos, respondendo rapidamente aos incentivos oferecidos pelos mercados globais e com repercussões internas de imensa importância, não apenas na arena social. Os preços reais dos alimentos, por exemplo, têm caído sistematicamente no mercado doméstico, reduzindo o custo da alimentação para a maioria da população (...) a formação de cadeias de produção em larga escala ligadas à agricultura tem dinamizado amplamente a economia de diversas regiões, incentivando o crescimento do setor agroindustrial e um amplo leque de serviços (NAVARRO; BUAINAIN, 2017, p. 27).

Há um sexto fator que também precisa ser introduzido nesta análise e que evidencia a subordinação do campo, da produção e inclusive de aspectos sociais e culturais da vida rural às marcas tipicamente urbanas, uma inversão que contribui decisivamente para também sepultar o passado agrário. Um fascinante tema de pesquisa seria investigar a indústria cultural que “capturou” parte da música de origem rural (sertaneja) e a transformou em uma das mais poderosas iniciativas da música brasileira atual, totalmente dominada por interesses urbanos. Mas outra demonstração empírica específica diz respeito à formação de novas ocupações ligadas às cadeias produtivas ou, mais genericamente, ao “emprego não agrícola do agronegócio”.

Conforme antes citado, Barros *et al.* (2016) provaram, com os dados mais recentes, que essas são formas de trabalho que vem crescendo, com a contínua modernização dos sistema agroalimentar brasileira e, gradualmente, deixa para trás o emprego propriamente agrícola (BARROS *et al.*, 2016).⁹

Por fim, em conclusão, outra evidência reveladora de um novo período experimentado pela produção agropecuária e pela vida social rural no Brasil pode ser evidenciada por dois fatos tipicamente “agrários” que foram ostensivos no passado, mas que vão deixando de existir. Primeiramente, o gradual desaparecimento de temas necessariamente associados à história rural anterior do país, como reforma agrária e os conflitos a ela associados, como o surgimento de um movimento social de trabalhadores rurais sem terra (o MST). Tanto o programa brasileiro de redistribuição fundiária foi interrompido em anos recentes como, em especial, a demanda social pelo acesso à terra também deixou de existir e, em consequência, o MST perdeu a sua *raison d’être* (NAVARRO, 2010).

Embora raramente comentada na literatura especializada, outra evidência empírica é ainda mais eloquente, quando são comparados os censos agropecuários de 1970 e o mais recente, publicado em 2006. Se tomadas apenas as proporções, relativamente ao total de estabelecimentos rurais apurados, o número de proprietários cresceu de 59.5% em 1970 para 75.9% em 2006. Ainda mais decisivos e reveladores, os indicadores de “arrendatários e parceiros”, os quais indicam as formas de produção *não capitalistas*, caíram no mesmo período de 20.0% para 6.9%. Finalmente, quando considerados os “ocupantes”, nos mesmos anos, a queda foi de 16.1% para 7.8% em 2006. São dados que demonstram, de um lado, a expansão da apropriação privada da terra, de um lado. Mas, de outro lado, são números que registram a ocupação da terra por famílias rurais pobres sob arranjos não capitalistas na década de 1970, em face da abundância do fator trabalho, a existência de “terras livres” e os processos migratórios em direção às regiões da fronteira agrícola. São evidências de privatização dos recursos de terra e o avanço de uma lógica capitalista que no período foi capturando as regiões rurais brasileiras e, conseqüentemente, sepultando o seu passado agrário.

3 As tendências de médio prazo

Em um prazo médio (algo em torno de duas décadas), quais seriam as tendências principais que poderiam ser imediatamente identificadas, a partir da transição sugerida nesse artigo, uma vez transcorridos os últimos cinquenta anos e, adicionalmente, se forem considerados também os impactos mais recentes decorrentes dos fatos sugeridos na seção anterior? Provavelmente, são cinco macros processos, em escala nacional, os quais, somados e atuando conjuntamente, certamente confirmarão no prazo sugerido a *afirmação irreversível de um novo padrão de acumulação de capital* no campo brasileiro e suas decorrentes implicações

⁹ As atividades rurais foram os maiores empregadores em toda a história brasileira, fato que foi interrompido em 2011, mesmo se consideradas todas as possibilidades de trabalho – assalariados e outras formas de ocupação. A partir daquele ano, o setor serviços ultrapassou o número total de ocupações no campo e esta distância vem apenas aumentando.

sociais e econômicas. Uma vez enraizada esta nova etapa, através de seus processos principais, o Brasil agrário do passado definitivamente deixará de existir nas regiões rurais.

Esquemáticamente, essas tendências principais seriam:

(a) a dominação definitiva e categórica do capital financeiro na determinação de *todos os processos essenciais* do funcionamento do sistema agroalimentar nacional – e não apenas cadeias produtivas específicas, as mais dinâmicas e globalizadas. Da produção e sua organização tecnológica à distribuição dos ganhos entre os participantes do sistema. É determinação que implica em uma hierarquia de poder e a crescente capacidade de exercê-la por algumas empresas, seja pela redução da ação governamental ou, então (e muito mais decisivo), pelo poder do capital financeiro e seus agentes de organizarem a estrutura, tecnológica, organizacional e normativa que melhor serve aos seus interesses. É fato empírico que vem caracterizando crescentemente as operações do setor econômico agropecuário, em face de sua globalização e do seu papel central na economia brasileira, mas também em função da potencialidade desse setor na produção de riqueza em geral, se for considerado como um sistema nacional, incluindo todos os seus participantes;

(b) em grande parte como consequência da primeira tendência acima referida, intensifica-se um forte e visível processo de *diferenciação social*, também chamado às vezes de “exclusão social” (por sua face negativa). O que significa que a expansão econômica da agropecuária brasileira, nesta etapa recente, produz uma antinomia nítida nas regiões rurais – poucos vencedores e muitos perdedores. Em termos concretos, esta força econômica e financeira, associada particularmente às tendências demográficas das últimas décadas, está produzindo *o esvaziamento do campo brasileiro*. Nesse período à frente sugerido de duas décadas, as regiões rurais brasileiras deverão experimentar um processo similar ao verificado no caso norte-americano, no qual o número de estabelecimentos rurais desabou pela metade, entre 1950 e 1970, e deverá ser observado um dramático processo de redução populacional de diversas regiões rurais. Políticas sociais, como o programa “Bolsa Família”, somadas aos direitos previdenciários pós-Constituição, como as aposentadorias rurais, conseguirão reter apenas transitoriamente as populações envelhecidas e com baixos níveis de escolaridade. Em 2040, sem nenhuma dúvida, apenas duas macro regiões, o Nordeste e os três estados sulistas, deverão ainda apresentar indicadores de densidade populacional rural de alguma significação quantitativa;

(c) sem discutir detalhadamente, o tema da heterogeneidade estrutural do campo brasileiro vem assumindo uma faceta dramática, não apenas em termos econômicos, mas, em especial, no tocante aos seus aspectos sociais. Na gênese do processo de modernização proposto como o ponto zero – a década de 1970 – as regiões rurais já eram caracterizadas por forte distinção estrutural entre si, destacando-se o Nordeste rural por sua trajetória histórica de pobreza. Nas cinco décadas aqui comentadas, aprofundou-se fortemente a heterogeneidade entre grupos e classes sociais rurais, entre as regiões, entre as cadeias produtivas e também se comparados os tipos de produtos agrícolas e pecuários. Nesse aspecto, o que se pretende salientar é, sobretudo, o destino do Nordeste rural, uma gigantesca área do território brasileiro, marcado pela presença em seu interior do semiárido, cada vez mais afetado pelas mudanças climáticas e inviabilizado do ponto de vista agrícola pela escassez de água. Estaria o Nordeste

rural (e, especialmente, o semiárido) condenado a deixar de ser um espaço produtivo e social em prazo médio? Esta é tendência aparentemente irreversível, conforme a maior parte das tendências empíricas, especialmente aquelas de natureza demográfica;

(d) a forte modernização produtiva e tecnológica de diversos ramos produtivos da agropecuária tem estimulado a emergência, no Brasil rural, de diversas formas organizacionais caracterizadas por *crescente complexidade* – sobretudo no aspecto tecnológico. É uma tendência que deve tornar-se ainda mais aguda, com o passar dos anos, exigindo dos agricultores conhecimentos especializados e mais sofisticados para lidar com uma forma de organização de seu negócio que se torna tecnicamente mais abstrata e complexa, dificuldade que se estenderá, cada vez mais, também nas articulações comerciais e financeiras em toda a cadeia produtiva. Não parece ser ousado, portanto, insistir que “tecnologia” e seu adensamento, produzindo mais complexidade, virá a ser o principal eixo de concentração da riqueza e da seleção entre os produtores;

(e) ante o conjunto de processos e tendências analisados, vem surgindo com crescente inquietação entre os estudiosos a pergunta: qual a estratégia da ação governamental? Se operada uma comparação histórica sobre as políticas públicas, uma das conclusões é insistir que a ação do Estado voltada às regiões rurais tem sido errática, pois correspondente às vicissitudes macroeconômicas e suas variações, mas sem uma estratégia pré-definida com objetivos de médio e longo prazo a serem alcançados. Esta tendência deve se aprofundar ainda mais nos anos vindouros, com o Estado brasileiro apenas aperfeiçoando os marcos regulatórios e sua aplicação. As demais políticas convencionais, instituídas no passado para modernizar o setor, gradualmente serão reduzidas ou minimizadas.

4 Conclusões

Esse artigo pretendeu demonstrar a existência de inúmeras evidências, históricas e empíricas, sobre uma transição ocorrida durante meio século entre um Brasil rural agrário do passado e um “Brasil agrícola” do presente. Este último indicando a predominância de determinações econômicas e financeiras, em especial, sobre os fatores que dominaram o passado – terra e trabalho. As implicações desta passagem na história rural do país são radicais e profundas, em todos os âmbitos, da economia à cultura, da natureza das instituições às políticas públicas, dos processos políticos vigentes em outros tempos, influenciados por comportamentos de populações rurais, à emergência de um Brasil essencialmente urbano.

Se for uma transição enraizada definitivamente nos próximos anos, esta será transformação que fechará um capítulo de quase quinhentos anos, abrindo a porta para um Brasil fortemente centrado na vida das cidades e suas populações e relegando a plano muito secundário o vasto mundo do interior e suas peculiaridades rurais. O imaginário social dominante no Brasil, que antes foi fortemente ancorado nos temas do campo, suas populações, linguajar e costumes, assim como as idiosincrasias da produção, irá então gradualmente situar-se à margem da vida cultural dos brasileiros. E uma parte da economia, a agropecuária e suas extensões no sistema agroalimentar, passará a ser igualmente um tema mais restrito aos debates dos especialistas e firmas do setor, deixando para trás suas dimensões sociais e políticas, sejam

aquelas relacionadas à propriedade da terra, o precário mundo do trabalho e as formas de exploração que prevaleceram em quase toda a história rural do Brasil.

Referências

ALVES, E.; SOUZA, G. S. Pequenos estabelecimentos também enriquecem? Pedras e tropeços. *In: Revista de Política Agrícola*, ano XXIV, nº 3, p. 7-21. Brasília: MAPA, 2015.

BALESTRO, M. V.; LOURENÇO, L. C. B. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities. *In: BUAINAIN, A. M. et al (orgs). O mundo rural no Brasil do século 21*. Campinas: UNICAMP/Embrapa, 2014, p. 241-265.

BARROS, G. S. C. *et al. O mercado de trabalho do agronegócio brasileiro – estrutura e perfil*. Manuscrito não publicado, apresentado no 54º Congresso da SOBER, Maceió, 2016.

BRYCESON, Deborah F.; JAMAL, Vali. *Farewell to Farms: de-agrarianisation and employment in Africa*. Aldershot: Ashgate Publishing Ltda, 1997.

BUAINAIN, A. M. Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. *In: BUAINAIN, A. M. et al (orgs). O mundo rural no Brasil do século 21*. Campinas: UNICAMP/Embrapa, p. 211-240, 2014.

CRUZ COSTA, J. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

DE GRAMMONT, Hubert C.. *La Sociedad Rural Mexicana Frente al Nuevo Milenio*. Plaza y Valdes: 2007.

DUNCAN, K.; RUTLEDGE, I. e HARDING, C. *Land and Labour in Latin America*. Essays on the Development of Agrarian Capitalism in the Nineteenth and Twentieth Centuries. Cambridge: Cambridge University Press, 1978

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Visão 2030*. O futuro da agricultura brasileira. Brasília: Embrapa, 2018.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade rural no Brasil. *In: GASQUES, J. G. et al, A agricultura brasileira*. Desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, p. 45-64, 2010.

KAGEYAMA, A.; SILVA, J.G. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. *In: Estudos Econômicos*, volume 13, nº 3, p. 537-559, São Paulo: FINE, 1983.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (orgs). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. S. *O poder do atraso*. Ensaios de Sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

NAVARRO, Z. O mundo rural no novo século (Um ensaio de interpretação). In: GASQUES, J. G. e VIEIRA FILHO, J. E. (orgs). *Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade*. Brasília: IPEA, 2016, p. 25-64.

_____. The Brazilian Landless Movement (MST): Critical Times. In: *Redes*, volume 15, nº 1, p. 196-223, Santa Cruz do Sul: UNISC, 2010.

NAVARRO, Z.; BUAINAIN, A. M. The global driving of Brazilian agrarian development in the new century. In: BUAINAIN, A. M. et al, *Globalization and Agriculture*. Redefining Unequal Development. New York: Lexington Books, 2017, p. 9-30.

PAIGE, J. *Agrarian Revolution*. Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World. Nova York: The Free Press, 1975.

PATRICK, G. Fontes de crescimento na agricultura brasileira. In: CONTADOR, C.R. (org). *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975, p. 89-110 (Série Monografias, 17).

PRADO JR., C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

TYSON, L.; SPENCE, M. Exploring the effects of technology on income and wealth inequality. In: *After Piketty. The Agenda for Economics and Inequality*. Cambridge: Harvard University Press, 2017, p. 170-208.